



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

Plano de Dados Abertos

*Agosto de 2025 a
Julho de 2027*



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Av. Presidente Jânio Quadros, 330. CEP 64053-390.

Santa Isabel. Teresina, Piauí.

www.ifpi.edu.br

PAULO BORGES DA CUNHA

Reitor

LARISSA SANTIAGO DE AMORIM CASTRO

Pró-Reitora de Administração (PROAD)

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (PRODIN)

ODIMÓGENES SOARES LOPES

Pró-Reitor de Ensino (PROEN)

DIVAMÉLIA DE OLIVEIRA BEZERRA GOMES

Pró-Reitora de Extensão (PROEX)

JOSÉ LUÍS DE OLIVEIRA E SILVA

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI)

LUCIANA SOARES DA ROCHA

Diretora de Gestão de Pessoas

BENEDITO ENALDO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Diretor de Tecnologia da Informação

**GRUPO DE TRABALHO DE CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO
DO PLANO DE DADOS ABERTOS – 2025-2027**

Rômulo Oliveira Barros - DTI

Lília Maria Monteiro Alencar - PRODIN

Laiany Bruna Ribeiro de Sousa - PROPI

Diego Mendes Pinheiro Costa - PROEN

José de Anchieta Gomes da Silva Filho - DIGEP

Lisyane Raquel Meneses Pinheiro Vieira - DIRCOM

Priscilla Meneses de Macedo - Ouvidoria

Maria do Socorro Leite Silva - PROAD

Zilda de Brito Lima - PROEX



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

SUMÁRIO

Apresentação.....	1
1 Introdução.....	2
2 Cenário Institucional.....	3
2.1 Histórico e Origens.....	3
2.2 Estrutura e Atuação Atual.....	4
2.3 Expansão e Perspectivas Futuras.....	5
2.4 Importância para a Educação do Piauí.....	6
3 Governança dos Dados Abertos.....	7
4 Estratégia de Abertura de Dados.....	8
4.1 Diretrizes gerais.....	8
4.2 Critérios de priorização.....	8
4.3 Participação social e transparência no processo.....	9
4.4 Sustentabilidade e atualização.....	9
4.5 Alinhamento institucional.....	9
5 Premissas para Abertura.....	10
5.1 Abertura como padrão.....	10
5.2 Qualidade, padronização e interoperabilidade.....	10
5.3 Sustentação e responsabilidade institucional.....	10
5.4 Proteção de dados pessoais e sensíveis.....	10
5.5 Transparência, acessibilidade e controle social.....	11
6 Inventário das Bases de Dados.....	12
7 Consulta Pública e Matriz de Priorização.....	13
7.1 Consulta pública.....	13
7.2 Matriz de Priorização.....	13
8 Cronograma de Abertura.....	15
9 Promoção e Fomento ao Uso e ao Reuso.....	16
9.1 Cronograma inicial de fomento, uso e reuso das bases de dados.....	17
10 Monitoramento e Avaliação.....	18
10.1 Instrumentos de monitoramento.....	18
10.2 Indicadores e métricas.....	18
10.3 Avaliação e revisão do plano.....	18
11 Considerações Finais.....	20
12 Referências.....	21
Apêndice I – INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ.....	22
Apêndice II – MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE ABERTURA DE DADOS.....	28
Apêndice III – CRONOGRAMA DE ABERTURA DE BASE DE DADOS.....	34

APRESENTAÇÃO

O Plano de Dados Abertos (PDA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), referente ao biênio 2025–2027, é o documento orientador das ações institucionais voltadas à abertura e à disponibilização de dados públicos em formato aberto, legível por máquina e acessível à sociedade. Este plano se alinha à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e alterada pelo Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019, que estabelece as diretrizes para a promoção da transparência ativa e o fortalecimento do controle social sobre a administração pública.

A elaboração deste documento considera, ainda, os princípios estabelecidos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), e respeita os dispositivos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), de modo a assegurar que os dados disponibilizados não violem a privacidade dos cidadãos nem os deveres legais da instituição com relação à proteção de informações sensíveis ou sigilosas.

O PDA do IFPI integra-se aos instrumentos de planejamento institucional, em especial ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2024, revisado em 2024), ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e à estratégia de governança digital do Instituto, reforçando o compromisso com a publicidade, a eficiência administrativa e a promoção do acesso à informação.

A definição das bases de dados a serem abertas, bem como a priorização de sua publicação, baseia-se em critérios como a relevância para a sociedade, a demanda pública identificada por meio de mecanismos de participação social e o potencial de reuso das informações. Adicionalmente, são levadas em consideração a viabilidade técnica e a sustentabilidade da publicação.

Este plano foi construído de forma colaborativa por meio de um Grupo de Trabalho (GT) designado especificamente para esse fim, com representação das Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Ouvidoria, Tecnologia da Informação e demais setores estratégicos. O GT é também responsável por sua implementação, monitoramento e revisão semestral.

O PDA terá vigência de dois anos e será amplamente divulgado por meio do portal institucional de dados abertos (dados.ifpi.edu.br) e do Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), sendo parte essencial dos esforços do IFPI para consolidar uma cultura organizacional orientada à transparência, à integridade e à inovação no serviço público federal.

1 INTRODUÇÃO

A transparência e o acesso à informação pública são pilares fundamentais da administração pública contemporânea, alicerçados por legislações como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Em consonância com esses dispositivos legais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) reafirma, por meio deste Plano de Dados Abertos (PDA), seu compromisso com a disponibilização ampla, ética e responsável das informações sob sua guarda.

Dados abertos são dados públicos disponibilizados em formato primário, estruturado e legível por máquina, sem restrições de licenciamento que impeçam seu livre uso, reutilização ou redistribuição por qualquer cidadão, instituição ou iniciativa. Sua publicação e manutenção possibilitam o desenvolvimento de novas tecnologias, o aprimoramento de políticas públicas, o fortalecimento do controle social e o estímulo à inovação aberta.

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, formalizada pelo Decreto nº 8.777/2016 e atualizada pelo Decreto nº 9.903/2019, estabelece que os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional devem elaborar e publicar Planos de Dados Abertos com vigência bienal. O IFPI, na condição de autarquia federal, encontra-se sujeito a essa política e, portanto, apresenta este novo ciclo do PDA, referente ao biênio 2025–2027.

A elaboração deste plano está fundamentada em diretrizes estratégicas institucionais, especialmente aquelas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2024), revisado em 2024, e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em alinhamento com a Estratégia de Governança Digital (EGD) do Governo Federal. Nesse contexto, o PDA integra-se aos instrumentos de planejamento institucional do IFPI.

Além disso, o PDA considera os parâmetros e metodologias recomendadas pelo Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos, publicado pela Controladoria-Geral da União (CGU), incluindo: a identificação e priorização das bases de dados; a realização de mecanismos de participação social; a definição de cronogramas e responsabilidades; e a adoção de formatos e padrões abertos, compatíveis com as diretrizes da arquitetura e-PING e com os requisitos de acessibilidade do e-MAG.

O IFPI reconhece que a abertura de dados deve ser realizada de maneira responsável e segura, garantindo a proteção de dados pessoais, a salvaguarda de informações sensíveis e o respeito à privacidade dos indivíduos. Para tanto, o plano prevê a análise de risco para cada conjunto de dados, com base nos princípios da LGPD, de modo a assegurar que a abertura seja compatível com os direitos fundamentais do cidadão.

Com este plano, o IFPI busca não apenas atender às exigências legais, mas também promover uma cultura institucional orientada pela transparência, pelo compartilhamento do conhecimento, pela participação cidadã e pelo fortalecimento das relações entre o Estado e a sociedade.

2 CENÁRIO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Como integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFPI oferece educação básica, profissional e superior de forma pluricurricular e multicâmpus, combinando conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas. Ao longo de mais de um século de existência, consolidou-se como uma das principais instituições de formação educacional do estado do Piauí, com forte compromisso social e foco na qualidade do ensino.

2.1 Histórico e Origens

A trajetória do IFPI teve início em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI) na cidade de Teresina, durante o governo do presidente Nilo Peçanha. Essa foi a primeira escola federal de ensino profissional estabelecida no estado do Piauí, marcando o começo da oferta de educação profissional pública para a população piauiense. Ao longo das décadas, a instituição passou por diversas transformações e mudanças de nome conforme expandia sua abrangência e ajustava seu papel educacional, com base nas mudanças de legislação:

1937

Renomeada para Liceu Industrial Piauiense, refletindo sua ampliação e foco na educação industrial.

1942

Passa a se chamar Escola Industrial de Teresina, em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que organizou as escolas em "industriais" e "técnicas" no país.

1967

Transformada em Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), após criar seus primeiros cursos técnicos (como Edificações, Agrimensura /Estradas, Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica) reconhecidos pelo MEC.



1965

Adotou o nome Escola Industrial Federal do Piauí, marcando a inclusão explícita do termo "Federal" e abrindo caminho para a oferta de cursos técnicos industriais regulares.

1999

Elevada a Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), conforme autorização na Lei nº 8.948/1994 e decreto presidencial de 22 de março de 1999.

2008

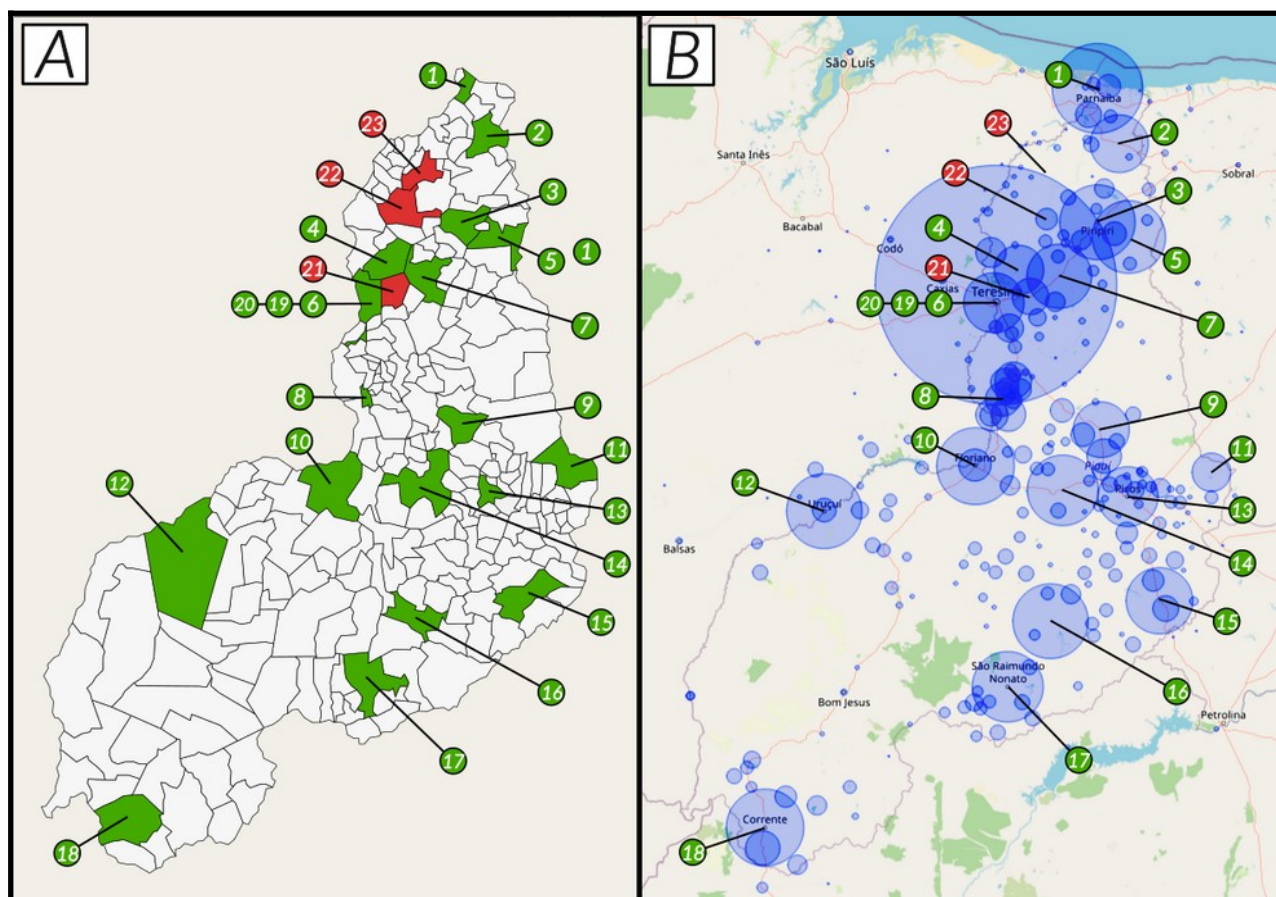
Por meio da Lei nº 11.892/2008, o CEFET-PI foi transformado no atual Instituto Federal do Piauí, como parte da criação dos Institutos Federais em todo o Brasil (implementado efetivamente em 2009).

Fonte: Silva, Antonia & Ferro, Maria. (2024). História e memória da escola de aprendizes artífices do Piauí: um estudo da cultura escolar (1909-1942). *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*. 17. e6586. 10.55905/revconv.17n.5-223.

Essa evolução histórica reflete a expansão da missão institucional, que partiu da formação de artesãos e operários na primeira metade do século XX para atingir, no século XXI, status equivalente ao de uma universidade pública federal em termos de autonomia acadêmica e administrativa e de regulação, avaliação e supervisão. Ao se tornar Instituto Federal, o IFPI passou a articular os níveis de ensino básico, técnico e superior, podendo criar e registrar diplomas de cursos próprios e ampliar sua atuação em pesquisa e extensão.

2.2 Estrutura e Atuação Atual

Atualmente, o IFPI conta com 20 câmpus, distribuídos em 18 municípios de norte a sul do estado, além da Reitoria, sediada em Teresina. Essa presença multicâmpus garante que diversas regiões piauienses sejam atendidas com educação profissional e tecnológica de qualidade, desde a capital e cidades polos (como Teresina, Parnaíba e Picos) até municípios do interior, descentralizando a oferta educacional. Em cada um de seus câmpus, o Instituto disponibiliza infraestrutura de salas de aula, laboratórios e bibliotecas, atendendo a milhares de estudantes anualmente em cursos que visam formar mão de obra qualificada para o desenvolvimento regional.



Legenda: Mapa A – presença do IFPI em termos territoriais. Mapa B – distribuição do corpo discente em relação à sua naturalidade; Círculos verdes - câmpus implantados: 1) Parnaíba, 2) Cocal, 3) Piriapri, 4) José de Freitas, 5) Pedro II, 6) Teresina Central, 7) Campo Maior, 8) Angical do Piauí, 9) Valença do Piauí, 10) Floriano, 11) Pio IX, 12) Uruçuí, 13) Picos, 14) Oeiras, 15) Paulistana, 16) São João do Piauí, 17) São Raimundo Nonato, 18) Corrente, 19) Teresina Zona Sul e 20) Dirceu Arcoverde; Círculos vermelhos - câmpus em implantação: 21) Altos, 22) Esperantina e 23) Barras.

No âmbito acadêmico, o IFPI oferece diversas modalidades de cursos. Dentre as ofertas estão: cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltados à qualificação profissional de curta duração; cursos técnicos de nível médio – seja na forma integrada (ensino médio regular integrado ao ensino técnico profissionalizante no mesmo curso no IFPI, incluindo programas para jovens e adultos) ou nas formas subsequente e concomitante (para quem concluiu ou está cursando o ensino médio em outra

instituição de ensino) –, além de cursos de nível superior que incluem cursos superiores de tecnologia, licenciaturas para formação de professores e bacharelados e engenharias em diversas áreas do conhecimento. O Instituto também atua na pós-graduação, ofertando cursos de especialização *latu sensu* e participando de programas de mestrado e doutorado interinstitucionais, alinhado à sua missão de incentivar a continuidade dos estudos e a pesquisa científica.

Vale destacar que a instituição não se resume ao ensino. Por meio da Pró-reitoria de Extensão o IFPI leva conhecimento à comunidade externa, com projetos sociais, cursos e eventos que aproximam o instituto da sociedade. Simultaneamente, com iniciativas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, o IFPI desenvolve projetos de pesquisa aplicada e inovação tecnológica, integrados ao ensino e à extensão, fomentando a produção científica e soluções para demandas locais. Essa atuação abrangente, integrando ensino, pesquisa e extensão, reforça o papel do IFPI como um agente transformador de vidas, formando profissionais competentes e contribuindo para melhorias sociais e econômicas no Piauí.

2.3 Expansão e Perspectivas Futuras

Desde sua criação como Instituto Federal em 2008/2009, o IFPI passou por um processo acelerado de expansão, ampliando significativamente sua capilaridade no estado. Entre 2010 e 2014, foram inaugurados novos câmpus em diversas cidades do interior, como Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato, Uruçuí (em 2010); Pedro II, Oeiras e São João do Piauí (em 2012); e Campo Maior, Valença do Piauí e Cocal (em 2014). Essa expansão interiorizou a educação tecnológica, levando oportunidades de formação profissional a regiões antes desprovidas de instituições federais de ensino. No mesmo período, programas do governo federal como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) vieram reforçar a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos, contribuindo para o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional no Piauí. Além disso, foram criados câmpus avançados (unidades de atuação mais limitada) em bairros de Teresina (Dirceu Arcoverde) e em municípios como Pio IX e José de Freitas, ampliando ainda mais o alcance institucional.

Em anos mais recentes, o Instituto continua buscando expandir sua estrutura e modernizar suas instalações. Em 2024, foi anunciada uma nova etapa de expansão da Rede Federal, na qual o IFPI será contemplado com três novos câmpus nas cidades de Barras, Esperantina e Altos. O investimento previsto de R\$ 75 milhões para essas unidades deverá gerar aproximadamente 4.200 novas vagas para estudantes, fortalecendo a oferta de educação profissional no estado. Os novos câmpus integram um plano nacional de expansão dos Institutos Federais e estão inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, que destina recursos tanto para a construção de novas escolas quanto para a consolidação e melhoria dos câmpus já existentes. Com essa iniciativa, o IFPI passará a ter presença em um número ainda maior de municípios, cobrindo praticamente todas as regiões piauienses.

Além da criação de novos câmpus, as perspectivas futuras do Instituto incluem a consolidação dos câmpus atuais, com investimentos em infraestrutura, ampliação de cursos e serviços de apoio (como restaurantes estudantis, bibliotecas e transporte escolar), e o contínuo aperfeiçoamento do corpo docente e técnico. Também há a expectativa de ampliação de parcerias e projetos que aproximem o IFPI do setor produtivo local, incentivando estágios, incubadoras de empresas e iniciativas de inovação que estimulem o empreendedorismo regional. Em síntese, o IFPI vislumbra um futuro de crescimento sustentável, mantendo seu compromisso de levar educação pública e gratuita a um número cada vez maior de piauienses.

2.4 Importância para a Educação do Piauí

Com mais de 115 anos de atuação dedicados à formação de profissionais, o Instituto Federal do Piauí exerce um papel fundamental no desenvolvimento educacional e socioeconômico do estado. Ao oferecer educação pública de qualidade, inclusiva e voltada às demandas do mundo do trabalho, o IFPI tem impulsionado o desenvolvimento regional e promovido a inclusão social em diversas comunidades piauienses. Milhares de jovens e adultos tiveram suas vidas transformadas por meio dos cursos técnicos e superiores da instituição, que os capacitaram para ingressar no mercado de trabalho ou empreender em seus municípios de origem. Dessa forma, o IFPI contribui para a fixação de mão de obra qualificada no Piauí, visto que muitos egressos se tornam profissionais que atuam localmente como técnicos, professores, engenheiros, empreendedores e pesquisadores, gerando conhecimento e riqueza no estado.

Adicionalmente, a presença de um câmpus do IFPI em um município gera impactos positivos que vão além da sala de aula. A instalação de novas unidades educacionais estimula a economia local durante sua construção e, posteriormente, em seu funcionamento, pois movimenta o comércio, gera empregos diretos e indiretos e atrai investimentos em torno da região. Dessa forma, cada câmpus em operação funciona como um centro difusor de desenvolvimento local e regional, introduzindo novas oportunidades educacionais e culturais para a população. Como destacado pelo Reitor do IFPI, Prof. Dr. Paulo Borges da Cunha, a expansão da instituição permite que mais piauienses tenham acesso à educação profissional pública, gratuita e de qualidade, consolidando o IFPI como referência em educação profissional no Piauí.

Em suma, o Instituto Federal do Piauí representa um patrimônio educacional do estado, fruto de uma longa história de dedicação ao ensino técnico-científico. Sua importância se reflete na transformação de vidas e na capacitação da população piauiense, servindo como alicerce para o progresso do Piauí por meio da educação. Com base em sua trajetória exitosa e em seus planos de expansão, o IFPI segue comprometido em “promover uma educação pública de qualidade, o desenvolvimento regional e a inclusão social”, reafirmando sua relevância para toda a sociedade.

3 GOVERNANÇA DOS DADOS ABERTOS

A governança do Plano de Dados Abertos (PDA) do Instituto Federal do Piauí (IFPI) está estruturada de acordo com as orientações do Manual de Elaboração de PDAs da Controladoria-Geral da União (CGU), garantindo a articulação institucional necessária para a execução das ações previstas, o monitoramento de resultados e a sustentabilidade da política de abertura de dados no âmbito do Instituto.

A coordenação e execução do PDA estão sob responsabilidade de um Grupo de Trabalho (GT) específico, formalmente instituído por Portaria interna da Reitoria (Portaria 2705/2024/GAB/REI/IFPI, de 12/09/2024), com representação das seguintes unidades organizacionais:

- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN),
- Pró-Reitoria de Administração (PROAD),
- Pró-Reitoria de Ensino (PROEN),
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI),
- Pró-Reitoria de Extensão (PROEX),
- Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI),
- Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP),
- Ouvidoria.

Esse grupo foi constituído com o objetivo de conduzir a revisão do Plano, consolidar o inventário de bases de dados, definir prioridades de abertura, organizar mecanismos de consulta pública, estabelecer cronogramas e elaborar os produtos obrigatórios exigidos pela legislação vigente.

Cabe ao GT as seguintes atribuições:

- Estabelecer diretrizes internas para a abertura de dados, observando os princípios da transparência, publicidade, eficiência e segurança da informação;
- Promover a interlocução entre as áreas técnicas responsáveis pelas bases de dados e os setores de governança institucional;
- Zelar pela compatibilidade do PDA com os demais instrumentos de planejamento estratégico e tecnológico da Instituição, como o PDI e o PDTI;
- Acompanhar a implementação do cronograma de abertura das bases;
- Estimular o uso e reuso dos dados abertos por meio de ações de fomento, comunicação e parcerias;
- Promover revisões periódicas do PDA e garantir sua publicação e atualização no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no site institucional.

O modelo de governança adotado busca garantir a efetividade da política de dados abertos, conferindo caráter transversal ao processo e promovendo a articulação entre as áreas finalísticas, administrativas e tecnológicas do IFPI. A participação ativa da Ouvidoria e da Comunicação Social assegura ainda o canal direto com a sociedade e o atendimento aos princípios da transparência ativa e responsividade pública.

4 ESTRATÉGIA DE ABERTURA DE DADOS

A Estratégia de Abertura de Dados do Instituto Federal do Piauí (IFPI) fundamenta-se nos princípios da publicidade, da transparência, da eficiência da administração pública e do respeito à proteção de dados pessoais. Sua elaboração está alinhada à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto nº 8.777/2016, com as alterações do Decreto nº 9.903/2019), ao Manual de Elaboração de PDAs da Controladoria-Geral da União (CGU) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Essa estratégia considera que a abertura de dados deve ser planejada, priorizada e sustentável. Para isso, o IFPI adota um conjunto de diretrizes e critérios que orientam a identificação, seleção, preparação, publicação e manutenção dos conjuntos de dados abertos da instituição.

4.1 Diretrizes gerais

A abertura de dados no âmbito do IFPI será guiada pelas seguintes diretrizes:

- **Relevância social e institucional:** prioridade à abertura de dados com maior potencial de impacto para o cidadão, para o controle social, para a pesquisa e para a formulação de políticas públicas educacionais.
- **Segurança e legalidade:** garantia de conformidade com a LGPD, respeitando os direitos dos titulares de dados pessoais e preservando o sigilo de informações protegidas por lei.
- **Transparência ativa:** compromisso com a publicação proativa de informações, além das exigidas por lei, reforçando a cultura da transparência institucional.
- **Reusabilidade e acessibilidade:** os dados serão disponibilizados em formatos abertos, processáveis por máquina e acessíveis, conforme os padrões da arquitetura e-PING e as recomendações do e-MAG (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico).
- **Interoperabilidade:** estímulo à integração com outros sistemas e repositórios públicos, como o Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br) e o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), utilizado institucionalmente.

4.2 Critérios de priorização

A definição das bases a serem abertas obedece a uma matriz de priorização que leva em conta, conforme o art. 1º da Resolução nº 3/2017 do CGINDA:

- Grau de relevância para o cidadão;
- Estímulo ao controle social e à pesquisa;
- Obrigatoriedade legal ou compromisso institucional assumido;
- Vinculação a projetos estratégicos institucionais ou governamentais;
- Potencial para demonstrar resultados efetivos da gestão pública;
- Capacidade de fomentar o desenvolvimento regional e sustentável;
- Potencial de uso por setores econômicos, imprensa, academia e sociedade civil;
- Demanda identificada por meio de consultas públicas ou canais de ouvidoria.

4.3 Participação social e transparência no processo

Para identificar os interesses da sociedade, o IFPI prevê mecanismos de consulta pública, enquetes e análise de demandas recorrentes via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Ouvidoria. A participação social será valorizada como elemento estratégico para a definição do inventário e das prioridades de abertura. Além disso, o IFPI possui um e-mail dedicado exclusivamente para comunicações relacionadas a abertura dos dados (dados_abertos@ifpi.edu.br)

4.4 Sustentabilidade e atualização

A estratégia prevê a atualização periódica dos conjuntos de dados conforme a capacidade institucional de manutenção e a existência de fluxos consolidados de geração da informação. A sustentabilidade da abertura será garantida por meio da responsabilização clara das unidades gestoras de cada base, da capacitação das equipes e do suporte da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

Nesse último quesito, a Diretoria de Tecnologia da Informação, por meio de seu membro indicado para o GT, tomou medidas no sentido de dar mais capacidade para a manutenção sustentável da execução do plano, adquirindo por meio de licitação pública novos servidores de rede, os quais permitirão hospedar internamente uma infraestrutura embrionária de *data warehousing*, a qual será a fundação para que a extração, tratamento e carregamento dos dados das bases de dados existentes hoje possam ocorrer com qualidade, consistência e frequência necessárias para atender à legislação.

4.5 Alinhamento institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024, revisado em 2024) estabelece diretrizes para expansão, qualidade e inclusão da educação profissional e tecnológica. A abertura de novos câmpus reforça essas diretrizes, alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e à Estratégia de Governança Digital (EGD), garantindo digitalização, integração e transparência na gestão institucional.

5 PREMISSAS PARA ABERTURA

A Política de Dados Abertos do Instituto Federal do Piauí (IFPI), no contexto deste Plano de Dados Abertos (PDA), orienta-se por um conjunto de premissas institucionais, legais e técnicas que asseguram a abertura responsável, ética, segura e útil dos dados públicos sob sua guarda.

Essas premissas visam garantir não apenas o cumprimento de normativos legais, mas também a consolidação de uma cultura institucional voltada à transparência ativa, à modernização da gestão pública e ao fortalecimento da participação social.

5.1 Abertura como padrão

A disponibilização de dados será regida pelo princípio de que **todo dado público é aberto por definição**, salvo aqueles protegidos por sigilo legal, por confidencialidade de terceiros, ou por envolverem dados pessoais sensíveis conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

A não publicação de determinado dado deverá ser justificada de maneira objetiva e fundamentada, com base em parecer técnico ou jurídico das áreas competentes, de forma a garantir o respeito aos direitos individuais e coletivos.

5.2 Qualidade, padronização e interoperabilidade

A publicação dos dados observará os seguintes aspectos:

- Formatos abertos e processáveis por máquina, preferencialmente CSV;
- Padronização de campos, vocabulários e metadados, de acordo com as diretrizes da arquitetura e-PING e os referenciais de interoperabilidade e acessibilidade (e-MAG);
- Adoção de identificadores padronizados (ex.: código do câmpus, código do curso, CPF anonimizado etc.) para facilitar o cruzamento e reuso de informações;
- Registro e descrição no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br) e no repositório institucionais próprio (<https://dados.ifpi.edu.br>).

5.3 Sustentação e responsabilidade institucional

Cada base de dados incluída no inventário terá um setor responsável pela sua disponibilização, atualização e manutenção. A governança dos dados será realizada de forma transversal e colaborativa, com apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e supervisão do Grupo de Trabalho (GT) instituído para este fim.

A abertura deverá estar atrelada a fluxos administrativos e operacionais já consolidados, de modo a evitar a descontinuidade e garantir a confiabilidade dos dados disponibilizados.

5.4 Proteção de dados pessoais e sensíveis

O processo de abertura considerará, obrigatoriamente, a aplicação dos princípios da LGPD, tais como finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção. Dados que permitam a identificação direta ou indireta de pessoas físicas, mesmo que parcialmente, somente serão publicados mediante **anonimização** segura, ou mediante análise de impacto à proteção de dados, se for o caso.

Dados agregados, estatísticos ou generalizados serão priorizados quando representarem menor risco à privacidade dos titulares, desde que mantenham valor informativo e utilidade pública.

5.5 Transparência, acessibilidade e controle social

Os dados abertos deverão ser disponibilizados em ambientes de fácil acesso ao cidadão, com interface amigável e documentação clara. A publicação será acompanhada de descrições em linguagem simples, com orientações para interpretação e reuso dos dados.

A participação social será estimulada por meio da divulgação ativa dos conjuntos disponibilizados, abertura de canais de sugestões, incentivo ao uso em pesquisas e projetos acadêmicos, além de articulações com centros de pesquisa, mídia e organizações da sociedade civil, na medida das possibilidades institucionais.

6 INVENTÁRIO DAS BASES DE DADOS

O inventário das bases de dados do Instituto Federal do Piauí (IFPI) constitui o eixo central do Plano de Dados Abertos, representando o levantamento estruturado dos conjuntos de dados sob a guarda da instituição que podem ser passíveis de abertura, parcial ou integral, conforme critérios de legalidade, relevância, viabilidade técnica e proteção à privacidade.

A elaboração do inventário foi conduzida pelo Grupo de Trabalho instituído por Portaria, com o apoio das unidades organizacionais responsáveis pela gestão de dados institucionais, observando os parâmetros definidos no Art. 4º, inciso III da Resolução nº 3/2017 do CGINDA e os modelos propostos no Manual da CGU. O levantamento buscou identificar todas as bases de dados mantidas pelas pró-reitorias, diretorias sistêmicas, câmpus e demais setores, com o objetivo de oferecer uma visão ampla e transparente da informação pública institucional.

Cada base de dados foi descrita conforme os seguintes campos:

- Nome do conjunto/base de dados;
- Situação quanto à disponibilidade, em formato aberto, em dados.gov.br;
- Nome da política pública relacionada ao conteúdo, caso haja;
- Descrição resumida do conteúdo;
- Setor/unidade responsável;
- Presença de dados sigilosos.

A consolidação do inventário teve como premissa a identificação de dados com alto potencial de interesse público, tais como: informações acadêmicas agregadas, dados de matrículas e evasão, cursos ofertados, resultados de avaliações institucionais, dados orçamentários, patrimoniais e financeiros, convênios e parcerias, servidores ativos, ações de extensão, pesquisa e inovação, infraestrutura institucional, entre outros.

As bases que contenham dados pessoais ou sensíveis foram identificadas no inventário com o devido alerta quanto à necessidade de anonimização ou de análise de impacto à proteção de dados, conforme os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O inventário completo, contendo a lista das bases de dados passíveis de abertura, compõe o **Apêndice I** deste plano. A publicação e manutenção dessas bases observará o cronograma estabelecido no **Apêndice III**, e sua priorização foi definida por meio da matriz constante no **Apêndice II**.

Cabe destacar que o inventário é um instrumento dinâmico, sujeito a revisões semestrais, de forma a incorporar novas bases identificadas, alterações nas já catalogadas, ou mudança no status de abertura, refletindo a evolução da maturidade institucional em dados abertos.

7 CONSULTA PÚBLICA E MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO

A abertura de bases de dados no âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI) será orientada por critérios objetivos que possibilitem hierarquizar os conjuntos de dados com maior potencial de impacto e relevância social. Para isso, adotou-se a metodologia de realização de consulta pública sobre as prioridades de abertura dos dados inventariados e de matriz de priorização sugerida pelo Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme disposto na Resolução CGINDA nº 3/2017.

7.1 Consulta pública

A definição dos conjuntos de dados prioritários para abertura foi orientada por critérios objetivos definidos neste plano e por uma consulta pública promovida pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI), no período de 2 a 16 de julho de 2025, totalizando 15 dias de participação aberta.

A consulta foi realizada por meio de formulário eletrônico disponível no seguinte link: <https://forms.gle/QK7HYt758EojVXwL6>, com o objetivo de captar, de maneira direta, as percepções da sociedade quanto às bases de dados consideradas de maior interesse público para fins de abertura.

A divulgação da consulta pública contou com ampla mobilização institucional, tendo sido promovida por meio dos seguintes canais:

- Site oficial do IFPI: <https://www.ifpi.edu.br/noticias/ifpi-abre-consulta-publica-sobre-dados-abertos-e-convida-sociedade-a-participar>
- Instagram institucional do IFPI: <https://www.instagram.com/p/DLnFjn1Rzeb/>
- Portal de Dados Abertos do Governo Federal, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU): <https://dados.gov.br/dados/conteudo/ifpi-abre-consulta-publica-sobre-dados-abertos-e-convida-sociedade-a-participar>

Ao final do período, que também contou com a divulgação através de WhatsApp por parte dos integrantes do Grupo de Trabalho , foram recebidas 39 participações válidas. Embora esse quantitativo seja considerado modesto diante do potencial de engajamento esperado, os dados coletados forneceram indicativos sobre o interesse social em temas representados pelas diversas bases de dados inventariadas. Além disso, a experiência revelou o desafio recorrente enfrentado por instituições públicas quanto ao engajamento da população em iniciativas de participação digital com foco em dados estruturados, especialmente em contextos em que a literacia de dados ainda se encontra em estágio emergente.

7.2 Matriz de Priorização

A matriz permite avaliar cada base de dados identificada no inventário segundo dimensões qualitativas, visando identificar aquelas que devem ser priorizadas na abertura durante a vigência do PDA. À matriz de priorização sugerida pelo Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União (CGU) foi adicionado um item relacionado à existência de fatores de complexidade no processo de extração, tratamento, carregamento e governança dos dados que possam levar a eventuais atrasos na abertura ou a erros no resultado.

Os critérios adotados são os expostos na tabela a seguir:

Critério	Questão norteadora
Grau de relevância ao cidadão	Qual a demanda do cidadão pelo conteúdo da base de dados? ¹
Estímulo ao controle social	O conteúdo dos dados estimula, de algum modo, práticas de controle social? ¹
Obrigatoriedade legal ou compromisso assumido de disponibilização do dado	Existe alguma lei ou compromisso assumido que obrigue a organização a publicar o conteúdo desse conjunto de dados? ¹
Referência a projetos estratégicos do governo	O conteúdo da base possui informações que se referem a projetos estratégicos do governo? ¹
Demonstração de resultados diretos e efetivos dos serviços públicos	O conteúdo oferece informações que proporcionam transparência aos resultados dos serviços públicos? ¹
Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável	O conteúdo pode fomentar o desenvolvimento sustentável de algum modo? ¹
Possibilidade de fomento a novos negócios	O conteúdo é capaz de fomentar o desenvolvimento de novos negócios? ¹
Dados mais solicitados em transparência passiva desde o início da vigência da LAI	Conteúdo frequentemente solicitado por meio de pedidos de acesso à informação? ¹
Dados cujo processo de extração, tratamento e carregamento é mais simples e direto	Há fator de complexidade no processo de extração, tratamento e carregamento dos dados que possa levar a eventuais atrasos na abertura ou a erros no resultado?

Legenda.: 1 - Questões norteadoras adaptadas dos slides de autoria de Paula da Rosa de Souza Carvalho, apresentados em capacitação sobre Elaboração de Plano de Dados Abertos promovida pela Controladoria-Geral da União.

8 CRONOGRAMA DE ABERTURA

As aberturas das bases foram distribuídas entre os anos de 2025 e 2027, conforme cronograma no **Apêndice III**. Para cada base, incluíram-se as etapas, os responsáveis e a periodicidade de atualização, conforme definido no Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União (CGU) e disposto na Resolução CGINDA nº 3/2017.

9 PROMOÇÃO E FOMENTO AO USO E AO REUSO

A efetividade da política de dados abertos no Instituto Federal do Piauí (IFPI) está diretamente relacionada à capacidade da comunidade acadêmica, técnica e da sociedade de compreender, acessar e reutilizar os dados disponibilizados. A abertura de dados públicos é um instrumento estratégico de fortalecimento da transparência, da inovação e da participação social.

Entretanto, a experiência de diversas instituições públicas demonstra que, de modo geral, a cultura de exploração de dados abertos pela sociedade brasileira ainda está em fase incipiente. Apesar de seu enorme potencial para subsidiar pesquisas acadêmicas, orientar decisões públicas e privadas, fomentar o controle social e impulsionar novos negócios, os dados abertos muitas vezes permanecem subutilizados por fatores que vão desde o desconhecimento das fontes disponíveis até a limitação de competências técnicas em análise de dados e a ausência de uma cultura mais consolidada de literacia de dados na sociedade em geral.

Essa realidade foi evidenciada, inclusive, durante a etapa de consulta pública promovida no processo de elaboração deste plano. Apesar da ampla divulgação institucional por meio do portal oficial do IFPI, redes sociais, grupos de comunicação interna e externa e até com o apoio institucional da Controladoria-Geral da União, o engajamento obtido foi bastante modesto.

Diante desse cenário, o IFPI está adotando uma postura realista e prudente na indicação de metas neste plano. O esforço para fomentar o uso e reuso dos dados será direcionado, inicialmente, à construção de uma base sólida de acesso e organização dos dados, à qual se somarão iniciativas pontuais de divulgação e aproximação com a comunidade acadêmica e setores potenciais de interesse.

Contudo, o Grupo de Trabalho de Dados Abertos do IFPI buscará, ao longo da vigência deste plano, estreitar laços com os cursos da instituição e, na medida do possível, com parceiros externos, para estimular projetos que explorem o potencial informacional dos dados abertos disponíveis. A atuação será orientada pela compreensão de que o fomento ao uso de dados requer, em grande medida, ações de promoção da literacia de dados, ou seja, da capacidade de localizar, compreender, analisar e aplicar dados de forma crítica e útil, partindo dos fundamentos e evoluindo paulatinamente.

Além disso, o IFPI tem potencial para contribuir decisivamente para o amadurecimento dessa cultura no longo prazo, em parceria com outras instituições públicas e privadas. A recente licitação de equipamentos cruciais de infraestrutura e projetos em andamento voltados à integração e tratamento de dados institucionais, incluindo a construção de pipelines automatizados e a estruturação de um futuro *data warehouse*, apontam para um cenário promissor em que a disponibilização qualificada de dados poderá gerar valor real à sociedade.

Como ações iniciais de estímulo à utilização, estão previstas:

- A manutenção de um site próprio de dados abertos (<https://dados.ifpi.edu.br>) com interface simplificada, organização temática e recursos de acesso direto às bases;
- A divulgação periódica de novas bases publicadas, por meio do portal institucional do IFPI (<https://www.ifpi.edu.br>) e, eventualmente, das suas redes sociais;
- A realização de encontros pontuais com a comunidade acadêmica, especialmente nas áreas de informática e ciências sociais aplicadas, visando estimular o uso pedagógico e investigativo dos dados.

Essas iniciativas, ainda que modestas, refletem o compromisso institucional com a construção gradual de um ecossistema de dados. A depender do progresso alcançado e da ampliação do interesse social, novas metas e estratégias poderão ser incorporadas, ampliando os horizontes do uso estratégico da informação pública.

9.1 Cronograma inicial de fomento, uso e reuso das bases de dados

Ação	Atividade	Unidade Responsável	Meta/Prazo
Publicidade da abertura de novas bases de dados	Publicação de matérias informando sobre a publicação de novas bases de dados e o seu conteúdo	Grupo de Trabalho de Dados Abertos do IFPI, com apoio da DIRCOM dados_abertos@ifpi.edu.br	Mês corrente ou subsequente à abertura de nova base.
Apresentação e fomento ao uso e reuso junto à comunidade acadêmica	Reuniões com professores, coordenadores e alunos de cursos da área de informática e de ciências sociais e humanas para apresentação e estímulo ao uso e reuso dos dados abertos em projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Grupo de Trabalho de Dados Abertos do IFPI, com apoio da DIRCOM dados_abertos@ifpi.edu.br	Até o final do prazo de vigência deste plano.

10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação da execução do Plano de Dados Abertos (PDA) do Instituto Federal do Piauí (IFPI) são fundamentais para garantir o cumprimento dos objetivos propostos, identificar gargalos e promover melhorias contínuas no processo de abertura e uso de dados.

Esse acompanhamento será conduzido de forma sistemática pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído para a governança dos dados abertos, conforme previsto na Portaria Interna que regulamenta sua composição e atribuições.

10.1 Instrumentos de monitoramento

Para assegurar a efetividade do PDA, serão utilizados os seguintes instrumentos:

- Acompanhamento do cronograma de abertura (Apêndice III), com verificação periódica do cumprimento das metas estabelecidas para cada base de dados;
- Revisão semestral do inventário de bases de dados (Apêndice I), com atualização das informações, inclusão de novos conjuntos e ajuste de status;
- Revisão da matriz de priorização (Apêndice II), considerando novos cenários institucionais, demandas sociais ou mudanças na estrutura técnica das bases;
- Relatórios internos de progresso, elaborados pelo GT e encaminhados à autoridade superior, contendo diagnóstico de execução e recomendações para adequações;
- Relatórios públicos de monitoramento, publicados no site institucional de dados abertos, permitindo à sociedade acompanhar a implementação do plano.

10.2 Indicadores e métricas

O GT utilizará indicadores quantitativos e qualitativos para medir o desempenho do PDA, tais como:

- Número de bases de dados efetivamente abertas em relação ao previsto;
- Número de acessos e downloads de conjuntos de dados publicados;
- Número de manifestações da sociedade sobre os dados (via Ouvidoria, SIC ou eventos);
- Integração dos dados abertos com projetos de ensino, pesquisa ou extensão do IFPI;

10.3 Avaliação e revisão do plano

O PDA será avaliado formalmente ao final de cada ciclo de 12 meses, com base nos resultados obtidos, nas demandas identificadas e nos avanços institucionais em tecnologia da informação, proteção de dados e transparência pública.

A revisão poderá resultar em:

- Reprogramação do cronograma de abertura;
- Atualização dos critérios de priorização;
- Inclusão de novos conjuntos de dados ou exclusão justificada de bases anteriormente previstas;
- Aperfeiçoamento da estratégia de fomento ao uso dos dados.

A versão atualizada do PDA será aprovada internamente e republicada no portal institucional e no Portal Brasileiro de Dados Abertos, conforme orientações da CGU, garantindo a transparência e a rastreabilidade do processo.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano de Dados Abertos (PDA) do Instituto Federal do Piauí (IFPI) representa um esforço institucional de fortalecimento da transparência pública, da gestão orientada por dados e do compromisso com os princípios da administração pública previstos na Constituição Federal, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Mais do que um instrumento normativo, este plano se propõe a ser uma **ferramenta estratégica de governança**, servindo de base para o aprimoramento dos processos de coleta, tratamento, disponibilização e uso de dados no âmbito da instituição. Ele está alinhado às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2024, ao planejamento estratégico do IFPI e às melhores práticas recomendadas pela Controladoria-Geral da União.

A elaboração do PDA considerou a realidade atual das bases de dados existentes, majoritariamente oriundas do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), e incorporou uma abordagem gradual, técnica e juridicamente responsável para a abertura de dados, garantindo o equilíbrio entre o direito à informação e a proteção dos dados pessoais.

O êxito na implementação do plano depende do engajamento das unidades responsáveis, da atuação coordenada do Grupo de Trabalho instituído para sua governança e do apoio da alta gestão institucional. A divulgação ativa dos dados, o incentivo ao seu uso pela sociedade e a constante revisão dos processos internos serão determinantes para consolidar uma cultura de dados abertos no IFPI.

Por fim, este plano reafirma o compromisso da instituição com a transparência ativa, o controle social, a inovação na gestão pública e o fortalecimento da democracia por meio do acesso à informação de qualidade. Sua execução será monitorada de forma contínua, com revisões periódicas, visando garantir sua efetividade e adaptação às novas demandas tecnológicas, legais e sociais.

12 REFERÊNCIAS

1. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016** – Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, definindo objetivos, princípios e a exigência de elaboração de Plano de Dados Abertos.
2. **Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019** – Altera o Decreto nº 8.777/2016, transferindo a gestão da política de dados abertos para a CGU e atualizando aspectos relacionados ao uso de direitos autorais e governança.
3. **Resolução CGINDA nº 3 (13 de outubro de 2017)** – Estabelece as normas para elaboração, conteúdo e publicação dos Planos de Dados Abertos dos órgãos da administração pública federal, detalhando elementos como inventário, prioridade, cronogramas, governança, engajamento social e promoção do uso.
4. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** (Lei de Acesso à Informação – LAI) – Regulamenta o direito ao acesso à informação pública, definindo prazos, responsabilidades, transparência ativa e passiva, e diretrizes para funcionamento do SIC e e-SIC.
5. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** (Lei Geral de Proteção de Dados) – Estabelece os princípios, direitos e obrigações relativos à proteção de dados pessoais, orientando o tratamento seguro e legal de informações sensíveis nos processos de abertura de dados.
6. **Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos (CGU)** – Documento orientador contendo diretrizes para elaboração dos PDAs, incluindo estrutura, etapas, critérios de priorização e itens obrigatórios conforme Resolução CGINDA nº 3.
7. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI (PDI 2020–2024, revisado em 2024)** – Documento estratégico que norteia as ações institucionais do IFPI, incluindo metas de expansão, modernização e governança da informação.
8. Silva, Antonia & Ferro, Maria. (2024). História e memória da escola de aprendizes artífices do Piauí: um estudo da cultura escolar (1909-1942). **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**. 17. e6586. 10.55905/revconv.17n.5-223.
9. Fontes complementares da Internet – Estudos, portais institucionais e documentos oficiais relativos à expansão dos câmpus do IFPI, ao sistema SUAP e às práticas de governança digital.

APÊNDICE I – INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ

#	Nome do conjunto/base de dados	A base/conjunto de dados está disponível, em formato aberto, em dados.gov.br?	Nome da Política pública relacionada, quando houver	Breve descrição do conteúdo	Setor/Unidade responsável	Possui Conteúdo Sigiloso?
1	Relação de Servidores	Não	Não se Aplica	Relação de Servidores do IFPI	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não
2	Gestão de Pessoas - Quadro de Cargos Distribuídos, Ocupados e Vagos	Não	Não se Aplica	Dados quantitativos agregados de cargos distribuídos, ocupados e vagos relacionados ao Instituto Federal do Piauí	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não
3	Docentes efetivos ativos	Não	Não se Aplica	Dados de docentes efetivos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não
4	Docentes substitutos	Não	Não se Aplica	Dados de docentes substitutos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não
5	Servidores técnico-administrativos ativos	Não	Não se Aplica	Dados de servidores técnico-administrativos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não
6	Servidores inativos	Não	Não se Aplica	Dados de servidores inativos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não
7	Gestão de Pessoas - Afastamentos e Licenças	Não	Não se Aplica	Dados de afastamentos e licenças de servidores do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não

#	Nome do conjunto/base de dados	A base/conjunto de dados está disponível, em formato aberto, em dados.gov.br?	Nome da Política pública relacionada, quando houver	Breve descrição do conteúdo	Setor/Unidade responsável	Possui Conteúdo Sigiloso?
8	Gestão de Pessoas - Links para Boletins de Serviço	Não	Não se Aplica	Lista de links para os arquivos em PDF dos boletins de serviço do Instituto Federal do Piauí produzidos através do SUAP	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não
9	Administração - Contratos	Não	Não se Aplica	Dados referentes a contratos firmados pelo Instituto Federal do Piauí com outras pessoas jurídicas por conta de compras e/ou prestações de serviços	Pró-reitoria de Administração	Não
10	Administração - Diárias e Passagens	Não	Não se Aplica	Dados de concessão de diárias e passagens para servidores do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
11	Administração - Receitas próprias	Não	Não se Aplica	Dados de receitas arrecadadas pelo Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
12	Administração - Despesa Pública – Empenhos	Não	Não se Aplica	Dados de empenho da despesa pública pelo Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
13	Administração - Despesa Pública – Liquidações	Não	Não se Aplica	Dados de liquidações da despesa pública pelo Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
14	Administração - Despesa Pública – Pagamentos	Não	Não se Aplica	Dados de pagamentos realizados na execução da despesa pública pelo Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
15	Administração - Despesa Pública – Licitações	Não	Não se Aplica	Dados de licitações públicas do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
16	Administração - Lista de funcionários terceirizados	Não	Não se Aplica	Dados de funcionários de empresas contratadas pelo Instituto Federal do Piauí que atuam nos câmpus do IFPI	Pró-reitoria de Administração	Não

#	Nome do conjunto/base de dados	A base/conjunto de dados está disponível, em formato aberto, em dados.gov.br?	Nome da Política pública relacionada, quando houver	Breve descrição do conteúdo	Setor/Unidade responsável	Possui Conteúdo Sigiloso?
17	Administração - Quantidade de Processos Protocolados por Tipo	Não	Não se Aplica	Dados agregados de quantidade de processos protocolados no SUAP por período, por tipo	Diretoria de Tecnologia da Informação	Não
18	Administração - Uso da Frota	Não	Não se Aplica	Dados de uso da frota de veículos do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
19	Administração - Patrimônio Móvel	Não	Não se Aplica	Dados de bens patrimoniais móveis do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Administração	Não
20	Administração - Patrimônio Imóvel	Não	Não se Aplica	Dados de bens patrimoniais imóveis do Instituto Federal do Piauí fornecidos pelo SPU	Diretoria de Tecnologia da Informação	Não
21	Administração - Quantidade de Chamados Abertos por Tipo	Não	Não se Aplica	Dados quantitativos de chamados abertos na central de serviços do SUAP do Instituto Federal do Piauí	Diretoria de Tecnologia da Informação	Não
22	Ouvidoria - Manifestações através da Ouvidoria	Não	Não se Aplica	Dados de manifestações públicas no sistema de ouvidorias relacionadas ao Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Ouvidoria	Não
23	Ouvidoria - Pedidos realizados com base na Lei de Acesso à Informação	Não	Não se Aplica	Dados de pedidos de acesso a dados com base na Lei de Acesso à Informação relacionados ao Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Ouvidoria	Não
24	Ensino - Memorial Bibliográfico	Não	Não se Aplica	Dados de materiais bibliográficos produzidos no Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
25	Ensino - Alunos egressos	Não	Não se Aplica	Dados agregados acerca dos alunos egressos do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não

#	Nome do conjunto/base de dados	A base/conjunto de dados está disponível, em formato aberto, em dados.gov.br?	Nome da Política pública relacionada, quando houver	Breve descrição do conteúdo	Setor/Unidade responsável	Possui Conteúdo Sigiloso?
26	Ensino - Alunos matriculados	Não	Não se Aplica	Dados de alunos matriculados no Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Pró-reitoria de Ensino	Não
27	Ensino - Inscrições em Processos Seletivos	Não	Não se Aplica	Dados de inscrições em processos seletivos para ingresso de estudantes no Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Pró-reitoria de Ensino	Não
28	Ensino - Vagas Ofertadas por Processo Seletivo	Não	Não se Aplica	Quantidade de vagas disponíveis por campus e curso a cada processo seletivo do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
29	Ensino - Cursos Ofertados	Não	Não se Aplica	Dados de cursos ofertados pelo Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
30	Ensino - Disciplinas Ofertadas	Não	Não se Aplica	Dados das disciplinas ofertadas nos cursos do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
31	Ensino - Câmpus	Não	Não se Aplica	Dados cadastrais dos câmpus do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
32	Ensino - Projetos Finais de Conclusão de Curso	Não	Não se Aplica	Dados relativos aos projetos finais de conclusão de cursos no Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
33	Ensino - Planos Semestrais de Atividade Docente	Não	Não se Aplica	Dados dos planos semestrais de atividade docente dos docentes do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
34	Ensino - Registro de emissão de diplomas digitais	Não	Não se Aplica	Dados dos relatórios semestrais de atividade docente dos docentes do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não

#	Nome do conjunto/base de dados	A base/conjunto de dados está disponível, em formato aberto, em dados.gov.br?	Nome da Política pública relacionada, quando houver	Breve descrição do conteúdo	Setor/Unidade responsável	Possui Conteúdo Sigiloso?
35	Ensino - Registros de emissão de certificados ENEM e Enceja	Não	Não se Aplica	Dados dos registros de emissão de certificados de ENEM e Enceja pelo Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
36	Ensino - Dados da Base Institucional Acadêmica do IFPI	Não	Não se Aplica	Dados de registros de publicações realizadas no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Ensino	Não
37	Extensão e Assistência Estudantil - Eventos	Não	Não se Aplica	Dados de eventos organizados no Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Pró-reitoria de Extensão	Não
38	Extensão e Assistência Estudantil - Visão Geral Caracterização Socioeconômica	Não	Não se Aplica	Visão geral, com dados agregados, da caracterização socioeconômica dos alunos do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Extensão	Não
39	Extensão e Assistência Estudantil - Editais de Extensão	Não	Não se Aplica	Dados de editais de projetos de extensão abertos pelo Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Pró-reitoria de Extensão	Não
40	Extensão e Assistência Estudantil - Inscrições para Participação em Programas de Assistência Estudantil	Não	Política Nacional de Assistência Estudantil	Dados anonimizados de inscrições para participação em programas de assistência estudantil ofertadas pelo Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Extensão	Não
41	Extensão e Assistência Estudantil - Participantes em Programas de Assistência Estudantil	Não	Política Nacional de Assistência Estudantil	Dados de estudantes participantes de programas de assistência estudantil do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Pró-reitoria de Extensão	Não
42	Extensão e Assistência Estudantil - Dados de Projetos de Extensão	Não	Não se Aplica	Dados de projetos de extensão ofertados pelo Instituto Federal do Piauí cadastrados no SUAP	Pró-reitoria de Extensão	Não

#	Nome do conjunto/base de dados	A base/conjunto de dados está disponível, em formato aberto, em dados.gov.br?	Nome da Política pública relacionada, quando houver	Breve descrição do conteúdo	Setor/Unidade responsável	Possui Conteúdo Sigiloso?
43	Extensão e Assistência Estudantil - Cardápios de Refeições nos Refeitórios Institucionais	Não	Política Nacional de Assistência Estudantil	Dados dos cardápios das refeições ofertadas a cada dia pelo Instituto Federal do Piauí que foram cadastradas no SUAP	Pró-reitoria de Extensão	Não
44	Extensão e Assistência Estudantil - Refeições por câmpus por dia	Não	Política Nacional de Assistência Estudantil	Dados públicos de consumo de refeições por usuários dos restaurantes institucionais do Instituto Federal do Piauí que foram recebidos pelo sistema automatizado vinculado ao SUAP	Pró-reitoria de Extensão	Não
45	Pesquisa - Editais de Pesquisa	Não	Não se Aplica	Dados de Editais de pesquisa abertos pelo Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Pró-reitoria de Pesquisa	Não
46	Pesquisa - Grupos de Pesquisa	Não	Não se Aplica	Dados de grupos de pesquisa vinculados a servidores do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Pesquisa	Não
47	Pesquisa - Projetos de Pesquisa	Não	Não se Aplica	Dados de projetos de pesquisa contemplados nos editais do Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Pró-reitoria de Pesquisa	Não
48	Pesquisa - Propriedade Intelectual Registrada	Não	Não se Aplica	Dados de propriedades intelectuais registradas e vinculadas a servidores do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Pesquisa	Não
49	Pesquisa - Publicações de artigos	Não	Não se Aplica	Dados de artigos publicados por servidores do Instituto Federal do Piauí	Pró-reitoria de Pesquisa	Não

APÊNDICE II – MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE ABERTURA DE DADOS

Explicação:

Valor do critério	
Nenhum / Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º,	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º,	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º,	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º,	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Dados cujo processo de extração, tratamento e carregamento é mais simples e direto	TOTAL (somatório do peso do critério x valor atribuído a cada base)	Ordem de Abertura
Peso do Critério →	5	4	4	2	2	4	3	4	2		
Nome da Base de Dados ↓											
Gestão de Pessoas - Quadro de Car- gos Distribuídos, Ocupados e Vagos	3	3	3	0	0	1	2	1	2	57	1
Docentes efetivos ativos	3	1	1	0	0	1	0	0	2	31	12
Docentes substitutos	3	1	1	0	0	1	0	0	1	29	14
Servidores técnico-administrativos ati- vos	3	1	1	0	0	1	0	0	1	29	14
Servidores inativos	3	1	1	0	0	1	0	0	1	29	14
Gestão de Pessoas - Afastamentos e Licenças	2	1	1	0	0	1	0	0	2	26	17
Gestão de Pessoas - Links para Bole- tins de Serviço	3	1	1	0	0	1	0	0	3	33	10

Explicação:

Valor do critério	
Nenhum / Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII)	Dados cujo processo de extração, tratamento e carregamento é mais simples e direto	TOTAL (somatório do peso do critério x valor atribuído a cada base)	Ordem de Abertura
Peso do Critério →	5	4	4	2	2	4	3	4	2		
Nome da Base de Dados ↓											
Administração - Contratos	3	1	2	3	0	0	2	1	3	49	2
Administração - Diárias e Passagens	3	1	2	0	0	0	2	1	3	43	4
Administração - Receitas próprias	3	1	2	0	0	0	2	1	3	43	4
Administração - Despesa Pública – Empenhos	3	1	2	0	0	0	2	1	3	43	4
Administração - Despesa Pública – Li- quidações	3	1	2	0	0	0	2	1	3	43	4
Administração - Despesa Pública – Pagamentos	3	1	2	0	0	0	2	1	3	43	4
Administração - Despesa Pública – Li- citações	3	1	2	3	0	0	2	1	3	49	2
Administração - Lista de funcionários terceirizados	3	1	2	0	0	0	0	0	2	31	12
Administração - Quantidade de Pro-	3	1	0	0	0	0	0	0	3	25	18

Explicação:

Valor do critério	
Nenhum / Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII)	Dados cujo processo de extração, tratamento e carregamento é mais simples e direto	TOTAL (somatório do peso do critério x valor atribuído a cada base)	Ordem de Abertura
Peso do Critério →	5	4	4	2	2	4	3	4	2		
Nome da Base de Dados ↓											
cessos Protocolados por Tipo											
Administração - Uso da Frota	3	1	3	0	0	0	0	1	1	37	8
Administração - Patrimônio Móvel	2	1	1	0	0	0	0	1	1	24	19
Administração - Patrimônio Imóvel	3	1	3	0	0	0	2	1	2	45	3
Administração - Quantidade de Chamados Abertos por Tipo	2	1	0	0	0	0	0	0	3	20	20
Ouvidoria - Manifestações através da Ouvidoria	3	1	0	3	0	1	0	0	2	33	10
Ouvidoria - Pedidos realizados com base na Lei de Acesso à Informação	3	1	0	3	0	1	0	0	2	33	10
Ensino - Memorial Bibliográfico	3	1	0	0	0	2	0	0	1	29	14
Ensino - Alunos egressos	2	1	0	0	0	3	0	0	1	28	15
Ensino - Alunos matriculados	3	1	1	0	0	3	0	0	1	37	8

Explicação:

Valor do critério	
Nenhum / Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII)	Dados cujo processo de extração, tratamento e carregamento é mais simples e direto	TOTAL (somatório do peso do critério x valor atribuído a cada base)	Ordem de Abertura
Peso do Critério →	5	4	4	2	2	4	3	4	2		
Nome da Base de Dados ↓											
Ensino - Inscrições em Processos Se- letivos	3	1	0	0	0	1	0	0	2	27	16
Ensino - Vagas Ofertadas por Proces- so Seletivo	3	1	0	0	0	1	0	1	3	33	10
Ensino - Cursos Ofertados	3	1	0	0	0	3	0	1	3	41	6
Ensino - Disciplinas Ofertadas	3	1	0	0	0	3	0	1	3	41	6
Ensino - Câmpus	3	1	0	0	0	3	0	0	3	37	8
Ensino - Projetos Finais de Conclusão de Curso	3	1	0	0	0	2	0	0	2	31	12
Ensino - Planos Semestrais de Atividade de Docente	3	1	2	0	0	3	0	0	3	45	3
Ensino - Registro de emissão de diplo- mas digitais	2	1	0	0	0	3	0	0	3	32	11
Ensino - Registros de emissão de cer-	2	1	0	0	0	3	0	0	3	32	11

Explicação:

Valor do critério	
Nenhum / Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º,	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII)	Dados cujo processo de extração, tratamento e carregamento é mais simples e direto	TOTAL (somatório do peso do critério x valor atribuído a cada base)	Ordem de Abertura
Peso do Critério →	5	4	4	2	2	4	3	4	2		
Nome da Base de Dados ↓											
tificados ENEM e Enceja											
Ensino - Dados da Base Institucional Acadêmica do IFPI	3	1	0	0	0	2	0	0	1	29	14
Extensão e Assistência Estudantil - Eventos	3	1	0	0	0	3	0	1	2	39	7
Extensão e Assistência Estudantil - Visão Geral Caracterização Socioeconômica	3	1	0	0	0	1	0	1	1	29	14
Extensão e Assistência Estudantil - Editais de Extensão	3	1	0	0	0	3	0	1	3	41	6
Extensão e Assistência Estudantil - Inscrições para Participação em Programas de Assistência Estudantil	2	1	0	0	0	2	2	0	1	30	13
Extensão e Assistência Estudantil - Participantes em Programas de Assis-	2	1	2	0	0	3	2	0	1	42	5

Explicação:

Valor do critério	
Nenhum / Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I)	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I)	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII)	Dados cujo processo de extração, tratamento e carregamento é mais simples e direto	TOTAL (somatório do peso do critério x valor atribuído a cada base)	Ordem de Abertura
Peso do Critério →	5	4	4	2	2	4	3	4	2		
Nome da Base de Dados ↓											
tência Estudantil											
Extensão e Assistência Estudantil - Dados de Projetos de Extensão	3	1	0	0	0	3	0	0	2	35	9
Extensão e Assistência Estudantil - Cardápios de Refeições nos Refeitórios Institucionais	3	1	2	0	0	3	0	1	1	45	3
Extensão e Assistência Estudantil - Refeições por câmpus por dia	3	1	2	0	0	3	0	1	1	45	3
Pesquisa - Editais de Pesquisa	3	1	0	0	0	3	0	1	2	39	7
Pesquisa - Grupos de Pesquisa	3	1	0	0	0	3	0	1	1	37	8
Pesquisa - Projetos de Pesquisa	3	1	0	0	0	3	2	1	2	45	3
Pesquisa - Propriedade Intelectual Registrada	3	1	0	0	0	3	2	1	1	43	4
Pesquisa - Publicações de artigos	3	1	0	0	0	3	2	1	1	43	4

APÊNDICE III – CRONOGRAMA DE ABERTURA DE BASE DE DADOS

Nome do conjunto/base de dados	Descrição do conteúdo	Periodicidade de atualização	Setor/Unidade responsável (nome e contato)	Meta para abertura
Gestão de Pessoas - Quadro de Cargos Distribuídos, Ocupados e Vagos	Dados quantitativos agregados de cargos distribuídos, ocupados e vagos relacionados ao Instituto Federal do Piauí	Trimestral	Diretoria de Gestão de Pessoas (José de Anchieta Gomes da Silva Filho, josegomesfilho@ifpi.edu.br)	ago/25
Administração - Contratos	Dados referentes a contratos firmados pelo Instituto Federal do Piauí com outras pessoas jurídicas por conta de compras e/ou prestações de serviços	Semestral	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	ago/25
Administração - Despesa Pública – Licitações	Dados de licitações públicas do Instituto Federal do Piauí	Mensal	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	set/25
Administração - Patrimônio Imóvel	Dados de bens patrimoniais imóveis do Instituto Federal do Piauí fornecidos pelo SPU	Anual	Diretoria de Tecnologia da Informação (Rômulo Oliveira Barros, romulobarros@ifpi.edu.br)	set/25
Ensino - Planos Semestrais de Atividade Docente	Dados dos planos semestrais de atividade docente dos docentes do Instituto Federal do Piauí	Semestral	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	out/25
Extensão e Assistência Estudantil - Cardápios de Refeições nos Refeitórios Institucionais	Dados dos cardápios das refeições ofertadas a cada dia pelo Instituto Federal do Piauí que foram cadastradas no SUAP	Mensal	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	out/25

Nome do conjunto/base de dados	Descrição do conteúdo	Periodicidade de atualização	Setor/Unidade responsável (nome e contato)	Meta para abertura
Extensão e Assistência Estudantil - Refeições por câmpus por dia	Dados públicos de consumo de refeições por usuários dos restaurantes institucionais do Instituto Federal do Piauí que foram recebidos pelo sistema automatizado vinculado ao SUAP	Semestral	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	nov/25
Pesquisa - Projetos de Pesquisa	Dados de projetos de pesquisa contemplados nos editais do Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa (Laiany Bruna Ribeiro de Sousa, bruna.sousa@ifpi.edu.br)	nov/25
Administração - Diárias e Passagens	Dados de concessão de diárias e passagens para servidores do Instituto Federal do Piauí	Semestral	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	dez/25
Administração - Receitas próprias	Dados de receitas arrecadadas pelo Instituto Federal do Piauí	Semestral	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	dez/25
Administração - Despesa Pública – Empenhos	Dados de empenho da despesa pública pelo Instituto Federal do Piauí	Mensal	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	jan/26
Administração - Despesa Pública – Liquidações	Dados de liquidações da despesa pública pelo Instituto Federal do Piauí	Mensal	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	jan/26
Administração - Despesa Pública – Pagamentos	Dados de pagamentos realizados na execução da despesa pública pelo Instituto Federal do Piauí	Mensal	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	fev/26

Nome do conjunto/base de dados	Descrição do conteúdo	Periodicidade de atualização	Setor/Unidade responsável (nome e contato)	Meta para abertura
Pesquisa - Propriedade Intelectual Registrada	Dados de propriedades intelectuais registradas e vinculadas a servidores do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa (Laiany Bruna Ribeiro de Sousa, bruna.sousa@ifpi.edu.br)	fev/26
Pesquisa - Publicações de artigos	Dados de artigos publicados por servidores do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa (Laiany Bruna Ribeiro de Sousa, bruna.sousa@ifpi.edu.br)	mar/26
Extensão e Assistência Estudantil - Participantes em Programas de Assistência Estudantil	Dados de estudantes participantes de programas de assistência estudantil do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Semestral	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	mar/26
Ensino - Cursos Ofertados	Dados de cursos ofertados pelo Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	abr/26
Ensino - Disciplinas Ofertadas	Dados das disciplinas ofertadas nos cursos do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	abr/26
Extensão e Assistência Estudantil - Editais de Extensão	Dados de editais de projetos de extensão abertos pelo Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Anual	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	mai/26
Extensão e Assistência Estudantil - Eventos	Dados de eventos organizados no Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Anual	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	mai/26

Nome do conjunto/base de dados	Descrição do conteúdo	Periodicidade de atualização	Setor/Unidade responsável (nome e contato)	Meta para abertura
Pesquisa - Editais de Pesquisa	Dados de Editais de pesquisa abertos pelo Instituto Federal do Piauí e cadastrados no SUAP	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa (Laiany Bruna Ribeiro de Sousa, bruna.sousa@ifpi.edu.br)	jun/26
Administração - Uso da Frota	Dados de uso da frota de veículos do Instituto Federal do Piauí	Semestral	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	jun/26
Ensino - Alunos matriculados	Dados de alunos matriculados no Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	jul/26
Ensino - Câmpus	Dados cadastrais dos câmpus do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	jul/26
Pesquisa - Grupos de Pesquisa	Dados de grupos de pesquisa vinculados a servidores do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa (Laiany Bruna Ribeiro de Sousa, bruna.sousa@ifpi.edu.br)	ago/26
Extensão e Assistência Estudantil - Dados de Projetos de Extensão	Dados de projetos de extensão ofertados pelo Instituto Federal do Piauí cadastrados no SUAP	Anual	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	ago/26
Gestão de Pessoas - Links para Boletins de Serviço	Lista de links para os arquivos em PDF dos boletins de serviço do Instituto Federal do Piauí produzidos através do SUAP	Semestral	Diretoria de Gestão de Pessoas (José de Anchieta Gomes da Silva Filho, josegomesfilho@ifpi.edu.br)	set/26

Nome do conjunto/base de dados	Descrição do conteúdo	Periodicidade de atualização	Setor/Unidade responsável (nome e contato)	Meta para abertura
Ouvidoria - Manifestações através da Ouvidoria	Dados de manifestações públicas no sistema de ouvidorias relacionadas ao Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Anual	Ouvidoria (Priscilla Meneses de Macedo, priscillameneses@ifpi.edu.br)	set/26
Ouvidoria - Pedidos realizados com base na Lei de Acesso à Informação	Dados de pedidos de acesso a dados com base na Lei de Acesso à Informação relacionados ao Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Anual	Ouvidoria (Priscilla Meneses de Macedo, priscillameneses@ifpi.edu.br)	out/26
Ensino - Vagas Ofertadas por Processo Seletivo	Quantidade de vagas disponíveis por câmpus e curso a cada processo seletivo do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	out/26
Ensino - Registro de emissão de diplomas digitais	Dados dos relatórios semestrais de atividade docente dos docentes do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	nov/26
Ensino - Registros de emissão de certificados ENEM e Enceja	Dados dos registros de emissão de certificados de ENEM e Enceja pelo Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	nov/26
Docentes efetivos ativos	Dados de docentes efetivos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Semestral	Diretoria de Gestão de Pessoas (José de Anchieta Gomes da Silva Filho, josegomesfilho@ifpi.edu.br)	dez/26
Administração - Lista de funcionários terceirizados	Dados de funcionários de empresas contratadas pelo Instituto Federal do Piauí que atuam nos câmpus do IFPI	Quadrimestral	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	dez/26

Nome do conjunto/base de dados	Descrição do conteúdo	Periodicidade de atualização	Setor/Unidade responsável (nome e contato)	Meta para abertura
Ensino - Projetos Finais de Conclusão de Curso	Dados relativos aos projetos finais de conclusão de cursos no Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	jan/27
Extensão e Assistência Estudantil - Inscrições para Participação em Programas de Assistência Estudantil	Dados anonimizados de inscrições para participação em programas de assistência estudantil ofertadas pelo Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	jan/27
Docentes substitutos	Dados de docentes substitutos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Semestral	Diretoria de Gestão de Pessoas (José de Anchieta Gomes da Silva Filho, josegomesfilho@ifpi.edu.br)	fev/27
Servidores técnico-administrativos ativos	Dados de servidores técnico-administrativos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Semestral	Diretoria de Gestão de Pessoas (José de Anchieta Gomes da Silva Filho, josegomesfilho@ifpi.edu.br)	fev/27
Servidores inativos	Dados de servidores inativos do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Semestral	Diretoria de Gestão de Pessoas (José de Anchieta Gomes da Silva Filho, josegomesfilho@ifpi.edu.br)	mar/27
Ensino - Memorial Bibliográfico	Dados de materiais bibliográficos produzidos no Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	mar/27
Ensino - Dados da Base Institucional Acadêmica do IFPI	Dados de registros de publicações realizadas no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	abr/27

Nome do conjunto/base de dados	Descrição do conteúdo	Periodicidade de atualização	Setor/Unidade responsável (nome e contato)	Meta para abertura
Extensão e Assistência Estudantil - Visão Geral Caracterização Socioeconômica	Visão geral, com dados agregados, da caracterização socioeconômica dos alunos do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Extensão (Zilda de Brito Lima, zilda@ifpi.edu.br)	abr/27
Ensino - Alunos egressos	Dados agregados acerca dos alunos egressos do Instituto Federal do Piauí	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	mai/27
Ensino - Inscrições em Processos Seletivos	Dados de inscrições em processos seletivos para ingresso de estudantes no Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Anual	Pró-reitoria de Ensino (Diego Mendes Pinheiro Costa, diegomendes@ifpi.edu.br)	mai/27
Gestão de Pessoas - Afastamentos e Licenças	Dados de afastamentos e licenças de servidores do Instituto Federal do Piauí, anonimizando os dados sensíveis, conforme a LGPD	Anual	Diretoria de Gestão de Pessoas (José de Anchieta Gomes da Silva Filho, josegomesfilho@ifpi.edu.br)	jun/27
Administração - Quantidade de Processos Protocolados por Tipo	Dados agregados de quantidade de processos protocolados no SUAP por período, por tipo	Semestral	Diretoria de Tecnologia da Informação (Rômulo Oliveira Barros, romulobarros@ifpi.edu.br)	jun/27
Administração - Patrimônio Móvel	Dados de bens patrimoniais móveis do Instituto Federal do Piauí	Semestral	Pró-reitoria de Administração (Maria do Socorro Leite Silva, socorro@ifpi.edu.br)	jul/27
Administração - Quantidade de Chamados Abertos por Tipo	Dados quantitativos de chamados abertos na central de serviços do SUAP do Instituto Federal do Piauí	Semestral	Diretoria de Tecnologia da Informação (Rômulo Oliveira Barros, romulobarros@ifpi.edu.br)	jul/27